



Diálogos Latinoamericanos
ISSN: 1600-0110
au@au.dk
Aarhus Universitet
Dinamarca

Neto, Vitale Joanoni
Reflexões sobre a colonização e a colonialidade no início do século XXI
Diálogos Latinoamericanos, núm. 24, julio, 2015, pp. 5-13
Aarhus Universitet
Aarhus, Dinamarca

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16242735001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Reflexões sobre a colonização e a colonialidade no início do século XXI

Vitale Joanoni Neto

Abstract:

This article proposes to deal with multiculturalism in the contemporary world and does so relational. From the sixteenth century the Western world was divided between metropolises and colonies, with clear roles assigned to each of these parts: it was the first occupation and exploitation of natural and human resources of the territories under his command and to the second reduce their existence to condition dependent, producing what is allowed him as and when it was determined. International capital took its first steps toward the construction of its hegemony, this first time in close partnership with the nascent nations-states. The crisis of paradigms and the internationalization of capital imposed other ideologies, other discourses, including respect for identities, the coexistence of hybrid worlds culturally different to what he called multiculturalism.

Keywords: multiculturalism, capitalism, contemporaneity, colonization, science, world western.

Este artigo se propõe a tratar do multiculturalismo no mundo contemporâneo e o faz, por opção, evitando uma abordagem estrita. Em vez disso, propomos refletir sobre o tema de forma relacional.

A partir do século XVI o mundo ocidental foi dividido entre metrópoles e colônias, com as inequívocas funções atribuídas a cada uma dessas partes: cabia às primeiras a ocupação e exploração dos recursos naturais e humanos dos territórios sob seu mando e às segundas reduzir sua existência à condição de dependente, produzindo o que se lhe permitia quando e da forma que lhe fosse determinada. O capital internacional dava seus primeiros passos na direção da construção de sua hegemonia, nesse primeiro momento em estreita parceria com os nascentes estados-nação.

A condição colonial, que pesou sobre os ombros do Brasil por séculos, foi imposta de fora, primeiro pelo paradigma europeu do totalitarismo epistêmico teológico que, já no século XVII, começou a ser superado. É possível encontrar menções ao Brasil nos escritos europeus desse período marcadas por essa visão em textos como o de Gandavo:

E tornando Pedro Alvarez seu descobridor, passados alguns dias que ali esteve fazendo sua aguada e esperando por tempo que lhe servisse, antes de partir, por deixar nome àquela província, por ele novamente descoberta, mandou alçar uma cruz no mais alto

lugar de uma árvore, onde foi arvorada com grande solenidade e bençãos de sacerdotes que levava em sua companhia, dando a terra o nome de Santa Cruz... (Gandavo, 2008: 65)

Nesta passagem, datada de 1576, Gandavo trata do apossamento empreendido por Pedro Alvarez Cabral toma posse, em nome da Coroa Portuguesa, das novas terras encontradas nos limites do reino. No entanto, não bastam bandeiras ou armas, é necessária a cruz alçada solenemente que nomeará o lugar. E já nesse momento, precedendo a colonização entendida como um ato de imposição econômica, vemos a colonialidade como forma de dominação epistêmica.

Entre os séculos XVI e XVIII na Europa, a modernidade alcançou a maturidade. Vemos entre Galileu e Newton a ciência assumir o papel que no século XII cabia à teologia. Concomitantemente, vemos esse novo paradigma tornar-se a nova medida, as lentes, com as quais todo o restante do mundo era agora medido e reconhecido. Passamos, todos os não europeus, a sermos considerados primitivos.

As implicações desse deslocamento são internas, a colonização do tempo resultou na invenção da Idade Média; e externas, a colonização do espaço resultou na invenção da América. Some-se a isso a reterritorialização dos espaços de mando econômicos e políticos. Os reinos ibéricos foram suplantados pela Inglaterra (onde Bacon escreveu sua obra *Novum Organum*) e pela Holanda (onde Descartes escreveu seu *Discurso sobre o Método*). Nas palavras de Walter Mignolo:

O fato de que tais princípios se pudessem tornar totalitários não pode ser explicado pela força dos princípios em si mesmos (...) mas antes na cumplicidade, desta vez, entre uma determinada forma de conhecimento e um determinado momento na História: a criação da economia capitalista tal como a conhecemos hoje. (Mignolo, 2004: 675)

No século XIX, o desenvolvimento capitalista levou a Europa a uma reorganização interna. Se observada do continente americano podemos vê-la como o início da superação do colonialismo, mas não da colonialidade. Em outras palavras, rompemos o isolamento político e econômico imposto pela condição de colônia, nossas elites viram colocada a perspectiva de ingresso na modernidade, um projeto que nunca pudemos, nem poderemos completar, pois ela não existe sem a colonialidade, ou seja, sem a por vezes indisfarçada violência que não reconhece os saberes locais, nossas particularidades, nossa racionalidade, enfim que nos impõe um conhecimento construído noutro lugar.

A migração foi comum durante os séculos de expansão europeia. As formas foram diferentes, os resultados variaram, mas a interpretação dada pela ciência moderna tratou tais deslocamentos como sendo de povos de áreas mais desenvolvidas (Europa), para áreas menos desenvolvidas (África, Ásia e América), e esteve frequentemente presente no conhecimento produzido e difundido desde o

século XV. A superioridade militar europeia permitiu tratar os territórios além-mar como vazios. Os resultados sobre esses povos foi assustador:

Segundo estimativas incompletas, cerca de 30 a 50 milhões de nativos de terras ‘pré-modernas’, perto de 80% de sua população total, foram aniquiladas entre a época da chegada e estabelecimento dos primeiros soldados e comerciantes e o início do século XX. (Bauman, 2005: 51)

Em Bauman encontramos referências a importantes personagens dos séculos XIX/XX e ao modo como se relacionaram com o diferente. Charles Darwin afirmou ‘onde o europeu pisou, a morte parece perseguir o aborígene’. Theodore Roosevelt teria tratado o extermínio dos nativos norte-americanos como um serviço altruísta prestado à causa da civilização. O General Roca, Presidente da Argentina por duas vezes, denominou a avanço militarizado sobre os indígenas operado nos pampas pelo eufemismo ‘conquista do deserto’ (Bauman, 2005: 51-2). Em 1808, por ocasião da vinda da Família Real, o Brasil foi medido e julgado com os olhos europeus. Teve suas melhores cidades, como o Rio de Janeiro sua capital, considerada feia, suja e malcheirosa. Mesmo a natureza exuberante era apreciada com restrições, como se pode notar na observação do Conde de Palmela acerca da Baía de Botafogo, que ele comparou aos mais belos sítios da Itália ou Suíça, mas completou ‘...falta gente branca, luxo, boas estradas...’ (Mattos e Albuquerque, 1991: 37).

O Brasil nasceu como uma nação multiétnica e marcada pelos fenômenos migratórios. É provável a existência de uma centena de povos indígenas quando da chegada dos europeus, organizados de forma hoje mal conhecida e em número apenas estimado em razão do rápido avanço sobre suas terras provocou seu extermínio, captura para uso como mão de obra ou exploração sexual de suas mulheres. Se o deslocamento europeu e asiático foi motivado pela atração econômica e pelas oportunidades de trabalho e busca por melhora de vida, a vinda de africanos tem origem na exploração do tráfico humano e na legalização da escravidão imposta por Portugal e mantida até o final do século XIX.

A população brasileira era formada durante o XIX, primeiros tempos da construção de um estado independente, em grande parte por índios, negros escravos e libertos, mestiços e brancos pobres. Todos desconsiderados como cidadãos. Seu modo de vida rudimentar, miserabilizado, causou estranhamento aos europeus ricos e/ou intelectualizados que para esta terra se deslocavam.

Inúmeros viajantes em visita ao Brasil ao se depararem com a escravidão do africano, com a intensidade com que ela ocorria aqui, dedicavam-se a descrevê-la. Apenas a título de exemplo citaremos o naturalista G.W. Freireyss, o artista alemão João Maurício Rugendas e o cientista francês Auguste de Saint-Hilaire. Todos passaram pelo Brasil no início do século XIX.

Freireyss ateve-se inclusive às origens dos escravos e da escravização em terras africanas, baseando-se em narrativas de africanos e portugueses que circulavam no Brasil, com destaque para alguns dados sobre o tráfico ‘... de 12 mil escravos que anualmente chegam a Luanda muitas vezes apenas 6 ou 7 mil alcançam o Brasil’ (Freireyss, 1982: 122).

Ao tratar da abolição o cientista afirmou sua impossibilidade. Os libertos eram muito mais infelizes, pois haviam perdido o sentido da conservação própria, trabalhavam apenas esporadicamente, entregavam-se aos vícios e perturbavam a paz pública, ‘que se poderá esperar [...] de uma massa de gente assim...?’ (Freireyss, 1982: 136).

José Bonifácio de Andrade e Silva, figura importante do Primeiro Império, redigiu uma proposta visando encaminhar a progressiva emancipação dos cativos. Em sua justificativa aos demais parlamentares, argumentou: ‘como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?’ (Silva, 2000: 24). Joaquim Nabuco em 1883 denunciou as ações do Governo Imperial que assinava tratados internacionais e aprovava leis, mas internamente continuava ‘a não fazer nada e ao deixar os escravos entregues à sua própria sorte’ e ainda:

Os crimes contra escravos, o número de africanos ainda em cativeiro, a caçada a negros fugidos, os preços flutuantes da carne humana, a educação dos ingênuos na escravidão, o aspecto mesmíssimo dos ergástulos rurais: tudo o que é indecoroso, humilhante, triste para o governo, é cuidadosamente suprimido. (Nabuco, 2000: 85)

Infelizmente, o que estava em curso era uma campanha pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado, mas jamais se pensou no africano, vítima da escravidão em nenhum país do mundo. Na Inglaterra, após a votação da lei antiescravista em 1772, a solução encontrada para o problema dos libertos foi seu envio para Serra Leoa. 411 foram enviados numa primeira tentativa e quase todos morreram. Em 1800 novamente centenas de libertos foram enviados para o mesmo local e a experiência repetiu-se outras vezes nos anos seguintes. O mesmo projeto foi desenvolvido pelos Estados Unidos. Uma área foi comprada no litoral africano em 1821 com 40 km de comprimento por quatro de largura, batizada de Libéria passou a receber os libertos. Até 1850, 4.571 pessoas desembarcaram em Monróvia (nome dado em homenagem a James Monroe, presidente dos EUA), que foi governada pela *American Colonization Society*. A independência do país foi declarada em 1847, mas em 1865 com o fim da escravidão nas colônias do sul dos EUA mais de 13 mil pessoas foram enviadas para a África. A região foi praticamente um enclave americano até meados do século XX, vivendo até a atualidade uma sucessão de golpes de estado e em extrema pobreza (ARANHA, 2004: 40).

A França também exportou seus redundantes (Bauman), seus problemas sociais, primeiro em 1848, limpando os distritos perigosos de Paris e encaminhando miseráveis para a Argélia. Em 1871 a ação repetiu-se, mas o destino dessa vez foi a Nova Caledônia (Bauman, 2005: 50).

Será assim que esse mundo multiétnico e pluricultural entrará no século XX. Pautado pela visão de ciência, conhecimento e verdades eurocêntricas. Nas palavras de Habermas:

Nem Hegel nem seus discípulos, à esquerda ou à direita, jamais questionaram as conquistas da modernidade, de onde os tempos modernos tiraram seu orgulho e consciência de si. A época moderna encontra-se, sobretudo, sob o sinal da liberdade subjetiva. (...) Hegel concebe a razão como autoconhecimento reconciliador de um espírito absoluto (...) o espírito absoluto passa impassivelmente sobre o processo da história aberto ao futuro e sobre o caráter irreconciliado do presente. (Habermas, 2002: 121-2)

Esta hegemonia se concretizou em um capitalismo fortemente associado ao Estado-Nação europeu que se lançou sobre América, Ásia e África com renovado ímpeto explorador, mas que começou a apresentar as primeiras fissuras já nas primeiras décadas deste século e depois de duas guerras mundiais e seguidas crises (1917, 1929, 1961, 1968, 1989, para lembrar algumas), tornou-se insustentável, o que não significou um rompimento absoluto com o imperialismo ou seu desaparecimento.

Quando Ariel Sharon declarou que Israel precisava do Neguev e o apontou como ‘vazio’, portanto apto à implantação de colônias israelenses, desconsiderou cerca de 140 mil beduínos que ali se encontravam por considerá-los vivendo no limite entre a tradição e a civilização. Não fazemos o mesmo com os povos indígenas do Brasil? O mundo contemporâneo continua a tratar boa parte da sua população como redundante.

As crises de paradigmas e a internacionalização do capital impuseram outras ideologias, outros discursos, entre eles o do respeito às identidades, a coexistência híbrida de mundos culturalmente diversos a que se chamou multiculturalismo.

Nas palavras de Zizek (1998: 21), haveria mesmo uma justiça poética nesta nova forma de relacionamento entre o capital internacional e os estados-nação. Se esses foram essenciais para a organização da ordem econômica que ao fim e ao cabo, bipolarizaram o mundo impondo modelos de ciência, civilização e cultura; neste início de século XXI rompeu-se esta relação quase maternal que ligava um ao outro.

Rosa Luxemburgo (1985: 271), pensando o início do século XX, propôs que o capitalismo sucumbiria por falta de áreas não capitalistas em seu entorno, das quais ele precisaria incorporar como condição para sua sobrevivência. Bauman afirma que na contemporaneidade não há mais preocupação ou busca por reassimilar nem

suprimir pessoas ou áreas. Este mundo seria formado por um conjunto reduzido de consumidores plenos e por outra parte, a maioria, de gente descartável, que não conta como trabalhadores, nem consequentemente como consumidores (Bauman, 2005: 89).

Neste início de século XXI, vivemos como os habitantes de Leônia, uma das cidades invisíveis de Italo Calvino. Ansiamos cotidianamente pelo novo ao preço de descartar, na mesma proporção o antigo, que odiamos e que gostaríamos que não existisse, mas para que isso fosse possível, seria preciso que ele nunca tivesse sido produzido. Desenvolvemos planos, políticas, projetos repensando o futuro que nascem fadados ao fracasso enquanto rejeitarmos o passado e não mudarmos nossa forma de pensar o presente, em outras palavras, considerar o passado e planejar o futuro para além dos paradigmas da colonialidade.

O capitalismo globalizado de hoje prescinde do estado-nação e pode então colonizar tudo, as crises que chegam à Europa e Estados Unidos podem em parte ser entendidas por essa nova configuração. No âmbito cultural, as então referências civilizatórias estão agora revestidas de uma distância respeitosa, que concebe o outro como autêntico, que afirma os direitos das minorias étnicas, dos gays e lésbicas, dos sem teto, das populações tradicionais das quais, os incluídos mantém um discurso politicamente correto em tom condescendente, mas que em seu avesso permite entrever que o dito respeito multiculturalista é também a forma de reafirmar a própria superioridade da autodenominada civilização ocidental.

Vivemos uma homogeneização cultural sem precedentes e, ao mesmo tempo, uma crise paradigmática que nos tem imposto um pensamento desiludido, asséptico, que nega valores universais mais do que promove sua atualização, que olha para as particularidades culturais, mais do que para as macroestruturas. Em decorrência disso, travamos grandes batalhas virtuais em defesa dos direitos dos índios, dos sem teto, dos gays e lésbicas, acessando essa meta-realidade em equipamentos de última geração em conexões de transmissão de dados de alta capacidade, virtualmente abertos ao mundo, fisicamente fechados em nossas individualidades. Virtualmente conectados à critica cultural enquanto a organização econômica mundial continua a produzir redundantes.

São ‘redundantes’, na expressão de Bauman (2005: 20), pessoas de quem o mundo moderno prescinde. Sua força de trabalho constitui-se em mercadoria inferior, de baixo padrão. Ao contrário do exército de reserva de mão de obra, com que o capitalismo contava para uma possível inserção, os redundantes são o refugo, sobrevivem dos ‘benefícios’ destinados pelos Governos.

Nenhum objeto é ‘refugo’ por suas qualidades intrínsecas, e nenhum pode *tornar-se* refugo mediante sua lógica interna. É recebendo o papel de refugo nos projetos humanos que os objetos materiais, sejam eles humanos ou inumanos, adquirem todas as qualidades misteriosas, aterrorizantes, assustadoras e repulsivas relacionadas acima. (Bauman, 2005: 32)

Seria ingenuidade pensar que essa condição é mera construção teórica, que essas pessoas a desconhecem. Conhecem e expressam suas opiniões e análises quando nos dispomos a ouvi-las. Seus relatos falam de um mundo de carências profundas, de violências em múltiplas faces, mas longe de serem vítimas, aprenderam a viver nessa estreita fronteira que os separa do *mundo*. *Nossa mundo*, com sua organização específica, traçou normas, leis. Estas constroem espaços circunscritos e por extensão, dão existência à margem, o lugar dos excluídos de hoje.

Na atualidade, cremos ser possível acabar com essas exceções por meio de medidas apropriadas: ações afirmativas, políticas públicas. Segundo Zizek, no entanto, o funcionamento desse modelo de sociedade globalizada, plenamente colonizada, culturalmente hegemônica, é ainda o funcionamento do capitalismo, aquele mesmo sobre o qual Hegel afirmou que em sua dinâmica estrutural necessariamente dá origem aos excluídos, privados de direitos humanos fundamentais, os quais tampouco têm deveres para com esta mesma sociedade (Zizek, 1998: 25).

O equivoco produzido por essa forma de atuação é que, travestida de engajamento consciente, convicta de que cada um está fazendo sua parte, está em crer que mudaremos o mundo acabando com esses problemas (a discriminação racial e sexual; as desigualdades legais e econômicas e etc.), sem mudar nossos padrões de consumo, sem rompermos radicalmente com nossas rotinas.

Os sentidos dos deslocamentos populacionais transnacionais historicamente obedeceram à lógica da organização do capital, por exemplo, ora levando trabalhadores japoneses para o Brasil, depois os atraindo para o Japão e ainda hoje, não escapam à lógica da colonização econômica do mundo. Quem é essa pessoa cujos antepassados nasceram no Japão, os pais no Brasil e que hoje vive novamente no Japão? Quem é esse cidadão brasileiro que não conhece o Brasil e mal o fala japonês? Esse é um quadro comum no mundo (vide os africanos pela Europa), diante do qual os discursos nacionalistas perdem sentido.

A colonialidade está hoje bem viva. Nessa perspectiva, tratemos a margem como a fronteira da modernidade, definida como tal a partir de si própria, e que propõe o avanço da humanidade, mas justifica a subjugação epistêmica, econômica, política e legal. Margem que se construiu no tempo, quando se delinearam as fronteiras da Idade Média europeia; e no espaço, com a distinção entre civilização (a Europa) e barbárie (os outros). A colonialidade nasceu com a revolução científica e os que a pensaram, construíram princípios universais ‘como se os princípios universais fossem separados da categorização do mundo a partir do qual eles são enunciados!’ (Mignolo, 2004: 681).

Assim o mundo contemporâneo nasceu classificado. O primeiro mundo nos ofereceu a ciência, nós a aceitamos em lugar dos conhecimentos locais. Ciência,

pensada assim, não é mais que padrão de aferição para excluir, um modelo totalitário na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautaram pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. Em lugar dessa universalidade do conhecimento, precisamos da pluriversalidade.

A ideia de ciência pressupõe a sabedoria, a ideia de desenvolvimento a de subdesenvolvimento, a ideia de liberdade a de escravatura, a ideia de democracia a de despotismo ou ditadura... A ideologia da modernidade, da qual a ciência é um pilar, foi construída sobre uma série de dualismos... de que é geralmente mais visível a coluna mais brilhante. (Mignolo, 2004: 705)

No mundo contemporâneo a industrialização trouxe o desenvolvimento para não mais que um terço da população:

Se por desenvolvimento se entende o crescimento do PIB e da riqueza dos países menos desenvolvidos para que se aproximem mais dos países desenvolvidos, é fácil mostrar que tal objetivo é uma miragem [...] se por desenvolvimento se entende o crescimento do PIB para assegurar mais bem-estar às populações [...] é fácil mostrar que hoje o bem-estar não depende tanto do nível de riqueza quanto da distribuição da riqueza. Em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento. (Santos, 2000: 28)

Referências bibliográficas

- Aranha, Carla. (2004) 'Libéria: um sonho americano'. *Aventuras na História*. N.6 (Fev.): 40-45.
- Bauman, Zygmunt. (2005) *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Calvino, Ítalo. (1990) *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Freireyss, G.W. (1982) *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia.
- Gandavo, Pero Magalhães de. (2008) *História da província de santa cruz*. São Paulo: Hedra.
- Habermas, Jurgen. (2002) *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Luxemburgo, Rosa. (1985) *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- Matto, Ilmar R. e Albuquerque, Luis A. S. (1991) *Independência ou Morte*. São Paulo: Atual.
- Mignolo, Walter D. (2004) 'Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica'. In: Santos,

- Boaventura de Souza (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez.
- Nabuco, Joaquim. (2000) *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha.
- Santos, Boaventura de Souza. (2000) *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.
- Silva, José Bonifácio de Andrada e. (2000) *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Publifolha.
- Zizek, Slavoj. (2012) *Multiculturalismo o lógica cultural del capitalismo multinacional*. [documento WWW]. URL <http://www.cholonautas.edu.pe/modulos/biblioteca2.php?IdDocumento=0297>. [data de consulta 20 outubro 2012]